

O Estado de S. Paulo

8/5/1985

Coronel cobra para policiar; o governo vai apurar denúncia

SERVIÇO LOCAL E AGÊNCIA ESTADO

O governador Franco Montoro garantiu ontem que serão apuradas as denúncias feitas pelo deputado estadual Waldyr Trigo, do PMDB, de que o comandante da Polícia Militar da região de Ribeirão Preto, coronel Biratam Godoy, está cobrando de uma empresa de publicidade os gastos efetuados durante a greve dos bóias-frias, realizada em Janeiro. Essa denúncia foi feita, na segunda-feira, por Trigo, que explicou que essa empresa de publicidade, "presta serviços de assessoria às usinas de álcool daquela região".

Ao ser perguntado ontem sobre esse assunto, Montoro evitou entrar em detalhes, limitando-se a explicar: "Eu recebi um documento a esse respeito e a coisa está sendo apurada, Não sei qual a validade do documento. Eu considero irregular a situação e apurados os fatos serão punidos os responsáveis".

Apesar da situação extraordinária, é um ato de rotina. Dessa forma, o coronel Biratam Godoy confirmou ontem que a Polícia Militar recebeu recursos das usinas da região de Ribeirão Preto, para cobertura das despesas havidas com o policiamento efetuado em janeiro último, durante a greve de bóias-frias em Guariba e outros municípios. O coronel acha que a notícia não deveria conter o tom de denúncia, como foi divulgada pelo deputado Waldyr Trigo na Assembléia Legislativa.

"Não fizemos nada às escondidas. Foi uma carta aberta, que se seguiu os trâmites normais, sem qualquer conotação de sigilo", disse Biratan Godoy, referindo-se à correspondência que encaminhou à "Imagem", empresa que presta assessoria às usinas, com o relatório das despesas efetuadas, durante os sete dias de greve em Guariba, Sertãozinho, Jaboticabal, Barrinha, Brodósqui, Altinópolis, São Joaquim da Barra e Ituverava, quando os bóias-frias, protestando contra as usinas, denunciavam o desemprego na entressafra.

Na operação, foram empregados 2.129 PMs, com um gasto total de Cr\$ 21.385.200,00, assim discriminado: combustível — Cr\$ 7.323; diárias de diligência — Cr\$ 10.062.200; e aluguel de rancho — Cr\$ 4 milhões. Para Waldyr Trigo, é "inconcebível" as despesas serem custeadas pelos usineiros, pois isso denota uma posição de parcialidade da Polícia.

Quem orientou o comando da PM em Ribeirão Preto a encaminhar a relação das despesas à "Imagem", para posterior cobertura, foi o ex-prefeito de Ribeirão, Welson Gasparini, na condição de representante dos usineiros. Gasparini e Fernando Brizola, diretor da "Imagem", disseram que as usinas da região normalmente prestam esse tipo de colaboração, citando outras doações, como de álcool e viaturas à polícia, além de contribuições de cunho social, como na campanha por ocasião da seca no Nordeste.

O coronel Bonifácio Gonçalves, comandante do Policiamento do Interior, entretanto, declarou ontem que a Polícia Militar vem apurando a cobrança feita pelo coronel Biratan Godoy desde março último, quando o secretário da Segurança, Michel Temer, mandou para o comandante geral da PM o recibo assinado pelo coronel cobrando Cr\$ 21.385.200. "Nos meus 35 anos de Polícia Militar — disse Bonifácio — eu nunca vi um fato como este. Isto não existe na Polícia Militar." Até o final desta semana, o comandante do Policiamento do Interior deverá resolver qual a medida a adotar contra o coronel Biratan: o processo disciplinar ou o Inquérito Policial-Militar.